

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

engrossam a categoria de trabalhadores/as pobres. É neste sentido que se pode falar de uma «feminização» do emprego, para significar o efeito de disseminação das características do emprego (e do desemprego) feminino a todos os setores do emprego, e que se pode falar da perda da mais bem preparada geração, que se depara com falta de alternativas ao entrar no mercado de trabalho.

O desinvestimento público e a fraca efetividade de políticas de apoio à criação e manutenção de emprego refletem-se nos crescentes níveis de desemprego. Ao mesmo tempo, são múltiplos os sinais de quebra de qualidade do emprego, de declínio dos salários nominais e reais e de mudanças importantes na composição do emprego, donde resulta aumento da sua informalização e a intensificação da agricultura de subsistência e da produção doméstica. Em suma, uma remercantilização da força de trabalho.

Virgínia Ferreira

Energia

A partir de 2004, a produção global de petróleo entrou em declínio: ou seja, o chamado “*peak oil*” – o pico máximo de capacidade produtiva global – foi alcançado de maneira estável, pois não é previsível um retorno aos níveis anteriores. “*Peak oil*” significa atingir a taxa de extração máxima do recurso mineral e entrar a partir daí numa fase descendente irreversível, devido à real escassez de petróleo face ao aumento da procura global. Embora existam outras fontes energéticas, como o carvão ou o gás natural, estas não podem substituir inteiramente o petróleo por terem características diferentes. Aliás, trata-se de recursos igualmente não renováveis. A não contingência da condição de escassez é o que diferencia a presente crise energética de outras crises energéticas da idade do petróleo, e especialmente as de 1973 e 1979, que foram causadas por acontecimentos de caráter político-económico e não por real falta de petróleo.

De facto, a humanidade já conheceu várias crises energéticas na sua história, como por exemplo a crise da madeira na Europa do século XVIII, que se resolveu com a mudança para o carvão mineral e outros combustíveis fósseis, dando início à idade do carbono. Essas crises energéticas do passado, todavia, nunca tiveram o caráter global da presente crise, pois o nível de integração económica do planeta era bastante inferior ao de hoje.

A total dependência da economia global de recursos fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral, todos não renováveis) torna a transição para recursos energéticos renováveis (sol, água, vento, plantas) cada vez mais urgente. Os recursos renováveis, porém, comportam mudanças de uso do solo e afetam a disponibilidade de outros recursos, como é o caso dos parques eólicos e fotovoltaicos e, em medida ainda maior, das barragens e dos agrocombustíveis. Uma visão crítica das questões energéticas deve portanto assentar na consciência de que a solução mais eficiente é a redução da necessidade de energia através de uma transição da economia para formas de produção e consumo sustentáveis.

Stefania Barca

Enobrecimento urbano

Usamos enobrecimento como tradução do vocábulo *gentrification* para traduzir a tendência de transformação social de áreas populares e degradadas das cidades da era industrial e pós-industrial em zonas nobres. É manifesta a carga política que está por detrás da enunciação deste processo de tornar “nobre” (*gentry*) um quarteirão ou um bairro específico das cidades. Na verdade, em rigor, enquanto processo de reconversão urbana, o enobrecimento implica a substituição de residentes (famílias de classes trabalhadoras, funcionários, reformados, imigrantes e franjas da classe média tradicional) e atividades populares (pequeno comércio, indústrias decadentes, armazéns devolutos) por outros residentes e outras atividades que sinalizam a feição moderna (abastada, educada, culta e consumista) das cidades contemporâneas. Em linguagem direta, o enobrecimento trata de afastar os pobres para dar aos ricos o privilégio de viver no centro da cidade. O enobrecimento enuncia, portanto, um processo de contestação e luta social.

O enobrecimento urbano, embora traduza uma tendência recente de requalificação da cidade, recua até à reforma urbanística de Paris de meados do século XIX. O afastamento das classes pobres do centro da cidade para aí instalar grandes avenidas, atividades de comércio e zonas residenciais de prestígio fez parte da modernização da capital francesa. Tal reforma facilitou também o policiamento das classes populares, reduzindo, assim, o ambiente revolucionário que Paris ainda respirava. Outras grandes cidades europeias (Berlim, Madrid, Manchester) e da América Latina (Buenos Aires) seguiram o exemplo de Paris.